

OS 60 ANOS DO GOLPE DE 1964 E OS IMPACTOS DA DITADURA NA AMAZÔNIA

SIXTY YEARS AFTER THE 1964 BRAZILIAN COUP AND THE DICTATORSHIP
IMPACT ON THE AMAZON



César Augusto B. Queirós¹

Maura Leal da Silva²

Vitale Joanoni Neto³

Seis décadas! É exatamente este o tempo em que o país adentrou em um período de autoritarismo e repressão, tendo como marco o golpe empresarial-militar ocorrido em março de 1964. Para refletir sobre os impactos deste período

¹ Professor Associado da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), atuando tanto no Departamento de História quanto no Programa de Pós-Graduação em História. Tem Mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000) e Doutorado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2012). Atualmente, é Coordenador do Laboratório de Estudos sobre História Política e do Trabalho na Amazônia (LABUHTA) e editor-chefe da Revista Brasileira de História (RBH). Exerceu as funções de Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da UFAM (2018-2020) e presidente da ANPUH/AM (2018-2020). Foi Coordenador Nacional do GT Mundos do Trabalho no biênio 2014-2016. É líder do grupo de pesquisa do CNPq Centro de Estudos sobre Trabalho e Ditadura. Tem experiência na área de História, com ênfase em História da Amazônia e do Brasil Republicano, atuando principalmente nos seguintes temas: história política, história do trabalho, Ditadura Militar e Trabalhismo. E-mail: cesardequeiros@gmail.com.

² Maura Leal da Silva é professora Adjunta de História do Brasil da Universidade Federal do Amapá, do Mestrado Profissional em Ensino de História/ UNIFAP e do Mestrado Acadêmico de História/ UNIFAP. Doutora em História pela Universidade de Brasília (2017). Mestre em História pela PUC/SP (2007), Especialista em História e Historiografia pela UNIFAP (2000) e Graduada em História (1998). Foi comissionária da Comissão Estadual da Verdade do Amapá, de 2013 a 2017 e professora de história da Educação Básica na Rede Pública do Estado do Amapá, entre os anos de 1994 e 2013. Autora do livro "Território Imaginado: de Amapá federal a autonomia política". Atualmente coordena o Grupo de Pesquisa Democracias e Ditaduras da UNIFAP, onde desenvolve pesquisas na área do Brasil República, com ênfase em estudos regionais e locais, atuando nos seguintes temas: História política do Brasil republicano; Democracia e Autoritarismo; Territórios Federais; Ditadura Militar na Amazônia e no Amapá; Ensino de História e Tempo Presente; Ensino de História e História Pública. E-mail: maurals@unifap.br.

³ Professor do Programa de Pós-Graduação em História da UFMT, em Cuiabá. Doutor em História pela Unesp de Assis com pós-doutorado pela School of Geosciences at the University of Edinburgh. Desde 2022, trabalha junto à Propes/IFMT em Cooperação Técnica. Pesquisa temas relacionados ao Brasil, Mato Grosso, Amazônia meridional brasileira na segunda metade do século 20, com foco privilegiado em fronteira, Ditadura Brasileira e Trabalho. Membro do Núcleo de Pesquisa em História, líder do Grupo de Pesquisa (CNPq) História, Terra e Trabalho. E-mail: vitale.neto@ufmt.br.



sobre a região amazônica, a Canoa do Tempo – Revista do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) – propôs, em 2024, a organização de um dossiê sobre “Os 60 anos do golpe de 1964 e os impactos da ditadura na Amazônia”, organizado pelos professores César Augusto B. Queirós (UFAM), Maura Leal da Silva (UNIFAP) e Vitale Joanoni Neto (UFMT).

Transcorridas seis décadas da deflagração do golpe, vivenciamos novamente um período no qual o país flerta abertamente com o autoritarismo, revivendo discursos de apologia à ditadura e de frequentes ameaças às instituições democráticas, a exemplo da tentativa de golpe de Estado, ocorrida em janeiro de 2023. Neste cenário, é urgente que façamos reflexões sobre os impactos duradouros do golpe de 1964 e da ditadura que se seguiu sobre o país e, particularmente, sobre a região amazônica, em um passado que insiste em permanecer no presente. A despeito de narrativas que buscam invisibilizar as violações aos direitos humanos e construir uma visão positivada deste período ditatorial, na Amazônia brasileira, enfrentou-se forte repressão política, genocídios indígenas, violentos processos de desterritorialização e profundos impactos ambientais.

Tradicionalmente, as regiões Sul e Sudeste e seus sujeitos têm tido centralidades nas análises historiográficas sobre o golpe de Estado de 1964 e na construção de temas de pesquisa para o entendimento das dinâmicas golpistas. Ainda hoje, essa visão geográfica restrita sobre o golpe e a ditadura empresarial-militar que o sucedeu ocupa, com significativa relevância, as poucas páginas destinadas ao assunto nos livros didáticos adotados nas escolas de Educação Básica, e isso tem se refletido de forma negativa na forma em que os amazônidas têm se relacionado com este período ditatorial, chegando ao extremo de um negacionismo que não só nega seus efeitos e sentidos, mas alimenta a crença de que a ditadura não teria nem ocorrido na região.

Em contraponto a esta visão historiográfica hegemônica tem se observado nos últimos anos, pós iniciativas tardias de justiça de transição no Brasil, um crescimento exponencial de pesquisas sobre o período e de seus desdobramentos no presente. Muito em razão também, da abertura de diversos outros acervos e



fontes históricas, parte delas, digitalizadas e disponibilizadas para consulta pública. Iniciativas como o projeto Memórias Reveladas, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) e suas congêneres estaduais, municipais e institucionais tiveram importância crucial no desenrolar deste crescimento. A produção desses novos acervos documentais e orais impulsionaram a multiplicação de sujeitos e dinâmicas relacionados ao golpe de 1964 e os seus desdobramentos políticos, também para além dos eixos geográficos e historicamente consagrados.

Um exemplo da ampliação dessas pesquisas foi o avanço sobre as políticas estatais adotadas pela ditadura militar-empresarial que visaram “integrar” a região Norte a modernização autoritária vigente. A criação de planos, programas e superintendências pelo estado brasileiro com a finalidade de executar planos de ocupação e desenvolvimento do espaço amazônico levaram à implementação de uma política de ocupação violenta idealizada a partir da lógica da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), gestada no âmbito da Escola Superior de Guerra (ESG), com o objetivo de promover a ocupação e a integração regional. Um dos pilares desta intervenção foram “os grandes projetos”, mediante grandes obras de infraestrutura, tais como estradas e hidroelétricas, além de atividades de mineração, extração de madeira e pecuária extensiva, devastando territórios historicamente ocupados por populações indígenas, camponesas e ribeirinhas.

Os impactos desta política sobre estas populações foram avassaladores, como destacam os relatórios da Comissão Estadual da Verdade do Amazonas e da Comissão Estadual da Verdade do Pará, que denunciaram o genocídio sobre os Waimiri-Atroari e a violência no campo no sul do Pará. Apesar disso, muitas vezes se percebe um discurso que minimiza os impactos da ditadura na região a partir do argumento de que o isolamento geográfico e a distância dos grandes centros urbanos a teriam preservado de maiores problemas e que as grandes obras teriam trazido tão somente progresso à região.

É notório que as investigações sobre a repressão e a resistência ao golpe de 1964 e à ditadura empresarial-militar na Amazônia têm acompanhado o ritmo do crescimento das pesquisas sobre o tema no Brasil, a partir do uso também de fontes recepcionadas, produzidas e organizadas pela CNV e pelas demais comissões da verdade, criadas em estados da Amazônia, como o Pará, Amazonas



e Amapá, o que têm contribuído para a compreensão não só da repressão, mas da resistência à ditadura, através da organização de grupos opositores, não só no âmbito urbano, mas em áreas rurais.

A pretensão deste dossiê foi o de contribuir para a pluralização das pesquisas e debates sobre o golpe de 64, reunido artigos que contemplam territórios, sujeitos e identidades que têm sido negligenciados pelas pesquisas historiográficas, compreendendo que ainda há muito a ser investigado para o entendimento da complexidade e da multiplicidade histórica sobre este período no Brasil. Combater narrativas hegemônicas e aproximar correntes de interpretação das várias regiões e instituições do país é um exercício fundamental na democratização do acesso as informações sobre este passado tenebroso da nossa história política recente, acompanhando o movimento iniciado pelo “Brasil Nunca Mais”.

Neste sentido, este dossiê reúne um conjunto de pesquisas que se debruçam sobre os impactos da ditadura sobre a região, destacando as graves violações cometidas contra as populações indígenas e os povos da floresta, as disputas de terra na Amazônia, os impactos dos grandes projetos desenvolvimentistas na região, os intelectuais e a Amazônia, o papel das Comissões da Verdade na região, as disputas pela memória e os usos políticos do passado, bem como temas relacionados à repressão, ao autoritarismo e às diversas formas de resistência.

